

A DIFICULDADE NA PROMOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL NAS ESCOLAS

Camila Bahia Lessa^{1} & Andréa Soutto Mayor²*

RESUMO

LESSA, C.B.; MAYOR, A. S. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. *Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v.9, n.25, p.61 -77, 2019.

No período de 2011 a 2017, foram notificados 141.105 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2018). Apesar das estatísticas alarmantes, a oferta de educação sexual efetiva nas instituições de ensino ainda enfrenta diversas resistências, dificultando o acesso de crianças e adolescentes às informações sobre o abuso sexual infantil (ASI). Segundo diversos autores, a escola se configura como um ambiente privilegiado para a detecção precoce do abuso (SPAZIANI E MAIA, 2015), o que demanda que os profissionais que atuam nela estejam capacitados para exercer as medidas protetivas e preventivas necessárias. Em vista disso, o presente artigo objetivou compreender se na perspectiva de alunos de licenciatura e profissionais da área da educação existe capacitação, durante sua formação, para lidar com possíveis casos de ASI defrontados no ambiente escolar. Foram

entrevistadas 3 alunas do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) no município de Campos dos Goytacazes. Foi identificada a predominância da concepção de despreparo profissional para lidar com alunos vítimas de abuso sexual. A defasagem no ensino e na formação dos professores foi apontada como uma das principais causas dessa desqualificação. Conclui-se que a formação acadêmica em licenciatura não tem sensibilizado e preparado seus professores para identificar sinais indicativos de ASI e nem mesmo quanto aos procedimentos para denúncias de possíveis casos nos órgãos competentes. Dessa forma, cria-se uma dinâmica de omissão das instituições de ensino frente aos casos de ASI, possibilitando a perpetuação dos abusos e a dificuldade de implementação de medidas preventivas contra estes.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Profissionais da educação; Professores.

ABSTRACT

In the period from 2011 to 2017, 141,105 cases of sexual violence against children and adolescents were reported (BRASIL, 2018). Despite the alarming statistics, the provision of effective sexual education in educational institutions still faces resistance, making access to information on child sexual abuse difficult for children and adolescents. According to several authors, the school is a privileged environment for the early detection of abuse (SPAZIANI and MAIA, 2015), which demands that the professionals who work in it are able to exercise the necessary protective and preventive actions. In view of this, the present article aimed to understand whether, from the perspective of undergraduate students there is training during their graduation to deal with possible cases of child sexual abuse revealed at the school environment. Three

students of the undergraduate degree course in Geography of the Federal Fluminense University were interviewed in the municipality of Campos dos Goytacazes. The predominance of the concept of professional unpreparedness to deal with students who were victims of sexual abuse was identified. The gap in teacher education and training was pointed out as one of the main causes of this disqualification. It is concluded that undergraduate academic training has not sensitized and prepared its teachers to identify signs of child sexual abuse and even regarding procedures for reporting possible cases. In this way, a omissive dynamic is created in educational institutions in the cases of child sexual abuse, allowing the perpetuation of the abuses and the difficulty of implementing preventive actions against it.

Keywords: Child sexual abuse; Education professionals; Teachers.

¹ Aluna do 8º período do curso de Psicologia Universidade Federal Fluminense- UFF - Laboratório de Estudos e pesquisas em gênero, educação e saúde (LEPGES/UFF). Rua José do Patrocínio, 71, centro, Campos dos Goytacazes- RJ- 28010-385.

² Universidade Federal Fluminense- UFF - Laboratório de Estudos e pesquisas em gênero, educação e saúde (LEPGES/UFF). Rua José do Patrocínio, 71, centro, Campos dos Goytacazes- RJ- 28010-385.

(*) e-mail: cmllessa3@gmail.com

Data de recebimento:17/06/2019. Aceito para publicação:30/08/2019

1. INTRODUÇÃO

Segundo boletim do Ministério da Saúde, no Brasil, no período de 2011 a 2017, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 contra crianças e 83.068 contra adolescentes. Os dados explicitados revelam um aumento de 64,6% nas notificações de violência sexual contra crianças e 83,2% contra adolescentes desde 2011 (BRASIL, 2018). As estatísticas levantadas demonstram como a violência sexual infantil atingiu níveis epidemiológicos, sendo extremamente alarmante o fato que esses dados não refletem o número real de Abuso Sexual Infantil (ASI) no Brasil, e sim, apenas os casos notificados. Conforme Heise (1993) estima-se que são denunciados 2% dos casos de abuso sexual infantil dentro da família e 6% dos casos de abuso sexual fora da família. Isso significa dizer que uma maioria arrasadora dos casos não está contabilizada nas estatísticas.

O Abuso Sexual Infantil (ASI) caracteriza-se como toda a relação, seja hétero ou homossexual, entre um adulto e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente estes ou usá-los para a obtenção de prazer sexual (HABIGZANG; CAMINHA, 2004). Essa violência pode se expressar de diversas formas: o ASI intrafamiliar que ocorre quando o perpetrador da violência possui laços consanguíneos ou de parentesco com a vítima, enquanto no extrafamiliar estes vínculos não existem (TEIXEIRA-FILHO et al., 2013, p. 91).

Apesar da concepção social de família ser construída em torno do amor, do cuidado e da proteção, a tendência que vem sendo observada é uma maior incidência de casos de ASI ocorrendo dentro do seio familiar (HABIGZANG et al., 2005; BRASIL, 2018, p.13), praticadas por pessoas próximas a vítima e que supostamente deveriam protegê-la. Por ocorrer nesse contexto onde o abusador tem acesso facilitado e constante à vítima e sendo uma figura de confiança e/ou autoridade para ela, estabelece-se situação propícia para que os abusos se prolonguem por mais tempo. Dessa forma, o ASI intrafamiliar configura-se de forma ainda mais traumática, podendo acarretar sequelas mais graves a vítima. (ROMARO; CAPITÃO, 2007; HABIGZANG; CAMINHA, 2004)

Uma vez que o ambiente familiar da criança ou adolescente, na maioria dos casos de ASI, é o cenário onde a vítima é exposta ao seu abusador e a diversas situações de vulnerabilidade, outros locais passam a ser uma espécie de refúgio. Muitas vezes a escola é vista como um local seguro, que proporciona uma fuga do agressor (SILVA et al., 2016). Em vista disso e de a escola ser um local de frequência quase que diária, onde a vítima passa um número significativo de horas do seu dia, cria-se um espaço favorável para a identificação de comportamentos indicadores de ASI e para a revelação da violência sexual sofrida por estas crianças e adolescentes (XAVIER FILHA et al., 2008; BAÍA, et al., 2013).

Segundo Brino e Williams (2008), a partir do reconhecimento encontrado na literatura sobre o papel que a escola pode desempenhar no combate ao ASI, é necessária a capacitação dos profissionais da educação, sobretudo professores -que possuem contato mais direto com os alunos- para sua atuação como agentes de prevenção do ASI. A capacitação dos profissionais da educação, portanto, é primordial para atuar de forma a garantir os direitos das crianças e adolescentes, contribuindo para protegê-los de situações de abuso.

Em vista disso foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), juntamente com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Guia Escolar para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual (BRASIL, 2004). A publicação possui o intuito de orientar professores e profissionais da educação sobre como identificar sinais indicativos de abuso e exploração sexual infantil e como proceder para efetuar uma denúncia. No entanto, apesar da disponibilização desses materiais não há obrigatoriedade do seu uso, o que reflete na escassez de programas amplos de combate ao ASI no Brasil, tanto no âmbito da saúde quanto da educação (BRINO; WILLIAMS, 2008, p.210).

Considerando os dados alarmantes acerca do ASI no Brasil, os seus impactos e a relevância da atuação de profissionais da educação para o enfrentamento dessa violência, a presente pesquisa visa compreender se na perspectiva de alunos de licenciatura existe capacitação durante sua formação para lidar com possíveis casos de ASI que possam chegar até eles no ambiente escolar, além da identificação se há o uso dos materiais sugeridos pelo MEC. As informações produzidas por essa pesquisa contribuem para a ampliação dos conhecimentos e para o levantamento da discussão acerca do papel da educação no combate ao ASI sob o viés da prevenção, temática na qual há escassez de produções na literatura brasileira.

2. METODOLOGIA

O presente artigo consiste em um estudo pautado na abordagem qualitativa de pesquisa. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com duração de até 30 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Após a transcrição das entrevistas, os dados foram submetidos à análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (1977).

As participantes foram 3 alunas de cursos de licenciatura da Universidade Federal Fluminense (UFF) do município de Campos dos Goytacazes. Neste grupo, todas eram graduandas do curso de Geografia. As participantes foram acessadas através da participação anterior no minicurso intitulado “Replicadores de cuidados: A sensibilização do futuro profissional acerca do Abuso Sexual Infantil”, projeto ofertado pelo Laboratório de estudos e pesquisa em gênero, educação e sexualidade (LEPGES) da Universidade Federal Fluminense e patrocinado pelo Programa institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT/PIBINOVA). O grupo participante do minicurso continha 30 integrantes, dos quais 3 propuseram-se a colaborar com a pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de conteúdos das entrevistas levantou onze categorias, formadas através do agrupamento de temas convergentes nas falas dos participantes, dispostas a seguir (Tabela 1):

Tabela 1- Categorias de conteúdo das entrevistas. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIAS	DEFINIÇÃO
1. Visão sobre Abuso Sexual Infantil (ASI) na atualidade.	Os participantes descreveram a temática do abuso sexual Infantil como uma problemática muito grave na atual sociedade
2. Consequências da violência em vítimas de ASI.	Os participantes apontaram as possíveis sequelas psíquicas e sociais advindas dessa violência.
3. Incidência de casos de ASI.	Os participantes declararam sobre a incidência alarmante de casos de ASI e o aparecimento frequente de possíveis casos no ambiente escolar.
4. Formas de enfrentamento do ASI.	Na concepção dos participantes, há uma melhora significativa na forma de lidar com o ASI. Porém, ainda apresentam ressalvas quanto à maneira que a sociedade silencia e trata a temática de forma velada, assim, não tomando as providências ideais.
5. Falta e/ou precariedade de oferta de educação sexual nas escolas.	Os participantes apontam para a falta educação sexual passada de forma integral e eficiente nas escolas. Segundo eles, essa é escassa e quando existe se atém apenas a um viés biologizante que não aborda questões da sexualidade e violência.
6. Falta de capacitação dos profissionais para lidar com vítimas de ASI.	Os participantes consideraram a si mesmos, bem como sua categoria profissional, como incapazes de lidar com situações de ASI, por conta da falta de capacitação profissional.
7. Defasagem nos cursos superiores de licenciatura sobre o tema do ASI.	Os participantes declararam não possuir contato ou orientações acerca da temática durante o curso de licenciatura, que deveria prepará-los.
8. Graduação não inclui em seu ensino os materiais do Ministério da Educação sobre ASI, destinado aos profissionais da educação.	Os participantes declararam não terem sido apresentados, durante todo o tempo de sua graduação, aos materiais e cartilhas disponibilizados pelo MEC que abordam a temática do abuso sexual infantil, destinados a profissionais da área da educação.

9. Dificuldades para trabalhar questões relacionadas à sexualidade nas escolas.	De acordo com os participantes, há uma rejeição coletiva dos pais e da direção das escolas que obstaculizam esse ensino.
10. Importância do diálogo sobre sexualidade e ASI como forma de prevenção e proteção de crianças e adolescentes.	Os participantes abordaram que o diálogo sobre sexualidade é primordial e pode alertar as crianças e adolescentes sobre como se configura as várias formas de violência no ASI, facilitando que consigam identificá-las e pedir ajuda.
11. Abordagem da temática com crianças e adolescentes.	Os participantes frisaram que o assunto deve ser tratado com alunos de diversas idades, sempre adaptando o material de forma a ser adequado para a faixa etária em que se encontra.

Em relação à primeira categoria – Visão sobre Abuso Sexual Infantil (ASI) na atualidade – as participantes relataram o fato de essa temática ser um problema muito grave e presente nos dias atuais. Estando em conformidade com os dados estatísticos explicitados anteriormente. Ao suceder-se durante a infância essa violência torna-se ainda mais impactante por ocorrer em uma fase do desenvolvimento, de vulnerabilidade e, muitas vezes, de incapacidade de compreensão da violência sofrida, o que confirma a gravidade do problema.

Os relatos das participantes levantaram a segunda categoria intitulada “Consequências da violência em vítimas de ASI”. Nesta, ocorreu a convergência de falas em tom de preocupação, quanto ao sofrimento e aos impactos no desenvolvimento que essa violência provoca em suas vítimas, visto que a exposição ao ASI as priva de uma infância normal, podendo acarretar diversas sequelas físicas, comportamentais, cognitivas e emocionais, além de ser fator de risco para diversos transtornos psicológicos graves, podendo ter seus efeitos persistindo até a vida adulta (TEIXEIRA-FILHO et al., 2013; COGO et al., 2012; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). Em adição, Romaro e Capitão (2007) afirmam que o abuso sexual sofrido na infância pode afetar o desenvolvimento psicológico, afetivo e sexual da vítima.

Ademais, ainda dentro da temática das consequências para a vítima, uma das participantes (P2), relatou um caso que ocorreu dentro do seu seio familiar, onde a vítima do sexo masculino além da violência sexual sofrida, passou por um processo de estigmatização. A questão do preconceito com vítimas de abuso sexual apontada nesta pesquisa está em consonância com diversos estudos que estabelecem que questões socioculturais e de gênero, acabam por produzir estigmas sociais para essas vítimas. Inclusive, o sentimento de culpa, vergonha, o medo dos rótulos e das reações sociais por conta do tipo de violência sofrida, são grandes fatores para a não revelação do ASI (TEIXEIRA-FILHO et al., 2013, p. 93), principalmente no caso de meninos (PRADO, 2006; COHEN; GOBBETTI, 1998).

Cohen e Gobbetti (1998, p. 05) ressaltam:

Acreditamos que os meninos tenham mais dificuldade em discriminar e, principalmente, denunciar as relações sexuais abusivas. Uma hipótese pode ser o fato da maioria das relações sexualmente abusivas percebidas serem relações homossexuais, o que implica em mais um fator discriminatório, o que pode levar a uma estigmatização.

Portanto, nas entrevistas os participantes reconheceram a problemática do ASI como algo alarmante por conta de seus impactos na vida e no bem estar da vítima. De acordo com eles, estes impactos não se resumem apenas às consequências da violência sexual em si, podendo se configurar em outras formas de violência, como através do preconceito direcionado à vítima. Alguns trechos das falas podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2- Transcrição de falas da segunda Categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Consequências da violência em vítimas de ASI	“É algo terrível (o ASI) que vai afetar todo o desenvolvimento da criança. Ainda traz diversas consequências para essa vítima que sofreu o abuso”. (P1)

Na terceira categoria- Incidência de casos de ASI- foi relatado que a ocorrência de casos de abuso sexual infantil é muito frequente, o que está de acordo com os dados estatísticos sobre a violência sexual infantil no Brasil, explicitados anteriormente. Para mais, uma das participantes, a partir de sua experiência na atuação como estagiária, entende que com frequência os casos de abuso sexual infantil chegam às escolas.

De acordo com um estudo realizado no Rio Grande do Sul em uma amostra com meninas de 09 a 16 anos vítimas de abuso sexual, observou-se que a revelação (feita de forma espontânea) em 10% dos casos ocorreu na escola (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011), o que demonstra uma porcentagem significativa das revelações sendo feitas nesse ambiente. Além disso, o ASI pode chegar à escola de formas implícitas, onde a criança ou adolescente não verbaliza a violência sofrida, mas demonstra seus sinais indicativos. Alguns trechos das falas dos participantes podem ser analisados na Tabela 3.

Tabela 3- Transcrição de falas da terceira categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Incidência de casos de ASI.	“É assustador que no Brasil- assim como vimos no projeto que vocês deram- existam tantos casos de abuso sexual infantil (ASI) e que ele seja tão comum.” (P1)

Na quarta categoria - Formas de enfrentamento do ASI- foram relatadas perspectivas acerca de como a sociedade lida com a temática. Alguns participantes reconhecerem a ocorrência de avanços nesse sentido, porém constataam que as estratégias de enfrentamento dessa violência ainda estão longe do ideal.

No Brasil, essa tendência pode ser observada através da criação de campanhas, que tem colocado o assunto mais em evidência através de iniciativas de marketing e conscientização acerca dos canais de denúncias, como o Disque 100. A produção desse material e a mobilização acerca dessa problemática vêm crescendo e isso se configura como uma forma de avanço no acesso a informação e nas formas de combate ao ASI. Todavia, mesmo com esses esforços, os programas de combate ao ASI ainda são escassos (BRINO; WILLIAMS, 2008), comumente, só funcionando em torno de datas marco como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de Maio). Ademais, o descaso dos órgãos públicos impossibilita a criação de medidas avaliativas dos programas já existentes e da criação de novas medidas de combate ao ASI (BRINO; WILLIAMS, 2008).

Segundo os participantes, abordar o ASI é um tema que ainda gera muitas controvérsias, pois ainda se trata o assunto de forma velada, o que não leva a um enfrentamento real dessa violência. Uma das participantes (P3) exemplifica isso através de vivência em um colégio. Ela relata que a direção e diversos funcionários tinham conhecimento de um caso de abuso sexual sofrido por um dos alunos, mas foram completamente omissos mediante a situação, mantendo, assim, a criança em situação de risco e vulnerabilidade. A negligência nesse caso demonstra uma propensão social de silenciamento da temática e o despreparo das instituições e profissionais, que se desobrigam frente a esses casos, assim, não havendo o enfrentamento real do ASI. Alguns trechos dessa categoria estão transcritos a seguir (Tabela 4):

Tabela 4- Transcrição de falas da quarta categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Formas de enfrentamento do ASI	<p>“Eu acho que, atualmente é como se agente estivesse avançando nesse tema, em vista do que era antes, antigamente. Mas eu acho que ainda tem muito, muito a melhorar.” (P3)</p> <p>“Vejo o ASI como um problema muito grave que a nossa sociedade tem enfrentado. Enfrentado não, porque na verdade não tem enfrentado.” (P1)</p> <p>“A escola toda sabia que tinha acontecido, mas o que foi feito também... O que foi feito? Nada.” (P3)</p>

Nos discursos encontrados na quinta categoria intitulada “Falta e/ou precariedade de oferta de educação sexual nas escolas” foi relatado que há ainda controvérsias na sociedade sobre a necessidade da abordagem de temas sobre a sexualidade de forma educativa. O

tratamento de questões da sexualidade ainda é considerado um tabu, principalmente quando se tratando com crianças e adolescentes. As participantes levantaram críticas à educação sexual nas escolas brasileiras, pois ou as escolas não a incluem em seus currículos ou ela é feita de forma ineficiente e/ou esporádica. De acordo com as entrevistadas, a educação sexual quando abordada nas escolas, na maioria das vezes é tratada como “sexo” e por um viés estritamente biológico. Assim, desconsiderando a diversidade de aspectos que perpassam a sexualidade que poderiam ser abordados com os alunos, inclusive a violência sexual.

Tabela 5- Transcrição de falas da quinta categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Falta e/ou precariedade de oferta de educação sexual nas escolas	“A educação sexual é precária. Abordam muito mais como apenas biologia, estudos de DST’s e resumem a educação sexual a isso.” (P1)
	“Então, eu já vi algumas escolas trabalhando com isso. Até mesmo a escola que eu estagiava, eles faziam palestras e tal sobre o uso de camisinha, mas eram umas coisas muito simples né e uma vez ou outra. Não era de fato uma educação sexual, sabe?” (P2)
	“Não, pelo menos a escola em que eu estive não teve nada de educação sexual.” (P3)

Em relação à sexta categoria - Falta de capacitação dos profissionais para lidar com vítimas de ASI- De acordo com os participantes, eles não se consideram ou consideram sua categoria profissional como capacitados para lidar, acolher e tomar as devidas providências em casos de ASI que possam chegar até eles no ambiente escolar. Diversas outras pesquisas corroboram que as instituições e profissionais da educação sentem-se despreparados nesse contexto, apresentando dificuldades e resistências para enfrentar questões da violência no ambiente escolar (XAVIER FILHA et al., 2008, p. 70). Algumas falas que exemplificam perfeitamente a questão explicitada podem ser observadas na Tabela 6:

Tabela 6- Transcrição de falas da sexta categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Falta de capacitação dos profissionais para lidar com vítimas de ASI	“Infelizmente não tem preparo. Falta muito que nos ensinam sobre como lidar com isso, o que fazer nesses casos.” (P1)
	“(…) eu acredito que a gente não esteja preparado para lidar não” (P2)
	“Eu acho que não. Se o professor não buscar por conta própria e tudo mais eu acho que não (tem capacitação)”. (P3)

Quanto à sétima categoria- Defasagem nos cursos superiores de licenciatura sobre o tema do ASI- as participantes teceram diversas críticas sobre o ensino dos cursos de licenciatura. Segundo elas, a matriz curricular acaba não abarcando várias temáticas importantes. O ASI, que é o foco deste estudo, é uma dessas.

Segundo uma entrevistada (P1), diversas disciplinas do curso superior que poderiam introduzir o assunto, acabam focando mais nas questões teóricas da didática e ao menos abordam superficialmente sobre as demandas que os alunos e alunas podem levar consigo para dentro da sala de aula, entre elas, as situações de violência sexual. A despeito do ensino da didática ser extremamente importante, questiona-se a falta de espaço para a introdução de informações sobre o ASI na formação dos futuros educadores, principalmente levando em consideração que inúmeros estudos elegem os professores como um dos principais atores no combate ao ASI, tanto na prevenção quanto nos casos onde o abuso já está instaurado (XAVIER FILHA et.al, 2008; BRINO; WILLIAMS, 2008; SPAZIANI; MAIA 2015).

Para mais, de acordo com P2, os professores de cursos de licenciatura adotam uma posição de omissão frente às situações as quais os alunos do ensino fundamental e médio possam estar sendo submetidos fora dos muros da escola, uma vez que afirmam não ser papel do professor se envolver e intervir nesses casos. Esse discurso desconsidera que essas crianças e adolescentes na condição de alunos são sujeitos, logo, as situações de vulnerabilidades experimentadas, mesmo que fora da escola, afetam o indivíduo como um todo, em diversos campos de sua vida, inclusive em sua trajetória acadêmica. Assim, alunos vítimas de ASI podem apresentar diversos problemas de aprendizagem, dificuldades adaptativas ou outros indicadores, refletindo no processo educacional (AZEVEDO; GUERRA, 1996).

A depender da inclusão da temática na formação do professor –ou da falta dessa- as expressões da sexualidade infantil demonstradas na escola através das brincadeiras, jogos, conversas sobre o tema, bem como indicadores de violência sexual, não são objeto de atenção e reflexão, podendo passar totalmente despercebidas (SPAZIANI; MAIA 2015). Mediante as produções da literatura sobre o assunto, entende-se que uma vez que a atuação dos profissionais da educação é relevante para o combate do ASI, estes deveriam receber treinamento adequado para exercê-lo de forma apropriada.

Ademais, considerando que o art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que o professor em exercício de sua função tem o compromisso de garantir os direitos de seus alunos e de assumir o seu papel de responsabilidade legal no encaminhamento das suspeitas de violência ou maus tratos, sob pena de multa (BRASIL, 1990). Sendo assim, abordar a temática na formação dos professores é de extrema importância para capacitá-los para servir a esse dever. No entanto, o que as entrevistadas identificam é a falta de preparação advinda de lacunas no ensino superior dos professores sobre o ASI. Alguns exemplos das falas dos participantes estão transcritos na Tabela 7.

Tabela 7- Transcrição de falas da sétima categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Defasagem nos cursos superiores de licenciatura sobre o tema do ASI	<p>“Acaba que o nosso curso tem lacunas de ensino, isso é normal, todo o curso não vai conseguir falar sobre cem por cento dos assuntos. Mas é um erro acabar não falando sobre um tema tão importante - como o ASI- e focar mais na didática do ensino ao invés de nos preparar também para lidar com os alunos e as demandas deles, principalmente nesses casos de violência.” (P1)</p> <p>“É uma coisa que acho que na grade de todo mundo na faculdade, dos cursos de licenciatura no geral, não é uma temática que é trabalhada ou abordada (ASI).” (P2)</p> <p>“Tem muitos professores até que dizem que esse não é nosso papel enquanto professor, não como professor de Geografia.” (P2)</p> <p>“Se o professor não buscar por conta própria e tudo mais eu acho que não, pelo menos, assim, na graduação aqui tem sem sombra de dúvida tem uma defasagem” (P3).</p>

Em função do compromisso com a garantia de direitos à infância, foram disponibilizados materiais voltados para profissionais da educação, entre eles o “Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e a exploração sexual em crianças e adolescentes” (2003), com o intuito de orientar a essa categoria sobre como agir frente a essa situação. Contudo, o que foi identificado a partir das entrevistas é que esse material não tem sido apresentado para os alunos de licenciatura, muitos desconhecendo sua existência antes dos encontros do projeto “Replicadores de cuidados: A sensibilização do futuro profissional acerca do abuso sexual infantil”. Assim, demonstrando a falta de introdução desse material nos cursos de licenciatura, como pode ser constatado na Tabela 8.

Tabela 8- Transcrição de falas da oitava categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Graduação não inclui em seu ensino os materiais do Ministério da Educação sobre ASI, destinado aos profissionais da educação.	<p>“Não. Eu não tive acesso a nenhum material antes.” (P1)</p> <p>“A gente não trabalha, a gente até trabalha outros tipos de cartilha, mas não, abuso sexual nunca é comentado.” (P2)</p>

O exposto anteriormente demonstra a tendência ao silenciamento da temática nas escolas, operando desde o início da trajetória profissional de atuantes no sistema educacional brasileiro. Isso obstaculiza tanto a capacitação dos profissionais (categoria 6), quanto a implementação de uma educação sexual que aborde o ASI nas escolas. Segundo os participantes, a resistência se encontra desde os níveis hierárquicos mais altos da instituição escolar, até familiares dos alunos. Constituindo a nona categoria desse estudo, a Tabela 9 apresenta as dificuldades para trabalhar questões relacionadas à sexualidade e ASI nas escolas.

Tabela 9- Transcrição de falas da nona categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Dificuldades para trabalhar questões relacionadas à sexualidade e ASI nas escolas.	“Tem bastante rejeição das direções e às vezes até dos pais para tratar desse assunto nas escolas” (P1)

De acordo com a Categoria 10 - Importância do diálogo sobre sexualidade e ASI como forma de prevenção e proteção de crianças e adolescentes - as participantes ressaltaram importância do diálogo sobre a sexualidade, sendo isto uma forma informativa para estes serem capazes de compreender e identificar situações sexuais impróprias e como defender-se frente a elas. Logo, a informação se constitui como uma arma para uma melhor compreensão de questões da intimidade por parte da criança. Segundo o material do MEC intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Orientação Sexual” (BRASIL, 1998, p. 293) o trabalho da orientação sexual com crianças e jovens:

(...) trata-se de favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da auto-estima, com a conseqüente inibição do submetimento ao outro.”

Dessa forma, de acordo com os participantes, a educação sexual nas escolas pode ser considerada como uma medida protetiva e preventiva. Protetiva no sentido de alertar a crianças e adolescentes que estão em situação de abuso sexual, que as práticas as quais estão sendo submetidas são da ordem de uma violência (caso elas ainda não tenham capacidade de compreender a situação) e que existe uma rede de proteção e de cuidado, que será acionada após a revelação do abuso. Por fim, configura-se de forma preventiva à medida que conscientiza acerca de toques inapropriados, brincadeiras inadequadas, sobre a diferenciação entre as partes íntimas e não íntimas do corpo, sobre canais e pessoas em quem pode confiar caso situações desse tipo ocorram, assim, tornando a criança mais atenta e menos propícia a ser persuadida e enganada por um abusador.

A fala de diversas participantes convergiu nesse sentido da educação sexual nas escolas ser uma forma de combate ao ASI. Inclusive, uma das participantes (P2) relatou um

caso de inclusão de Educação sexual no currículo de uma escola que provocou diversas denúncias e possibilitou o afastamento de um abusador que trabalhava no colégio. As crianças sofriam abusos sem entender o que aquilo significava, mas ao se identificarem com o conteúdo apresentado sobre ASI foram capazes de compreender que deveriam pedir ajuda. Esse caso exemplifica perfeitamente a eficiência que o acesso à informação apresenta se tratando do ASI, sendo uma importante arma contra essa violência.

Portanto destaca-se a importância do papel da escola no processo de proteção a esses menores incapazes, através da conscientização sobre o ASI. Logo, é necessário que a escola exerça seu papel educativo e informativo, visto que não existem muitos ambientes onde a temática e as questões dos direitos sexuais infantis serão abordadas. Algumas falas da categoria podem ser encontradas na Tabela 10.

Tabela 10- Transcrição de falas da décima categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
<p>Importância do diálogo sobre sexualidade e ASI como forma de prevenção e proteção de crianças e adolescentes</p>	<p>“Falar sobre esse assunto poderia alertar eles sobre os toques inapropriados, sobre o que é o abuso e como pedir ajuda.” (P1)</p> <p>“Como eu disse essa educação pode ajudar na prevenção, fazer a criança ficar atenta às coisas que estão acontecendo e que ela às vezes nem entende que é errado e ruim para ela.” (P1)</p> <p>“E eu quero nas minhas aulas introduzir e falar sobre isso com alunos, porque eu acho primordial e acho que eles não têm isso em outros lugares” (P3)</p> <p>“É extremamente importante que isso seja feito. A educação é muito importante para tudo, dar informações, criar crianças bem informadas é uma forma de prevenir que os abusos aconteçam ou que se prolonguem por muito tempo.” (P1)</p> <p>“Teve uma escola que introduziu a educação sexual, eu não lembro direito como eles fizeram isso, se foi palestra ou aula, e as crianças denunciaram acho que o jardineiro, ou algum funcionário da escola que estava abusando sexualmente delas e antes elas não sabiam. Porque elas não tinham noção que aquilo ali era abuso né, porque elas não sabiam diferenciar. Então se a gente trabalhar isso na escola sim, a gente consegue, a gente consegue mudar, com certeza.” (P2)</p>

Por fim, a abordagem da temática da sexualidade e do ASI com crianças e adolescentes, segundo a categoria 11, deve ser feita de forma apropriada, adaptando o conteúdo a faixa etária da criança e a seu nível cognitivo. De forma a criar um material capaz de ser compreendido, sem introduzir temas inadequados a idade do público alvo. Alguns trechos estão escritos na Tabela 11.

Tabela 11- Transcrição de falas da décima primeira categoria. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas.

CATEGORIA	TRECHO DA ENTREVISTA
Abordagem da temática com crianças e adolescentes.	<p>“É claro que isso (educação sexual) tem que ser feito da forma certa. Tipo, adaptando a forma de abordar o assunto, de forma adequada à faixa etária do aluno” (P1)</p> <p>“(…) quando fala abordar diretamente, eu penso em adequar, claro, à linguagem da criança, de acordo com a idade, nível cognitivo, que é importante né. Mas assim, acho que podemos sim. Tudo sendo adaptado eu acho que a gente consegue trabalhar tranquilamente a temática, sim.” (P2)</p>

Essa abordagem é possível de ser feita através de diversos meios. Segundo Soma e Willians (2014, p. 355), a utilização de livros ilustrados que abordam a temática do ASI, por exemplo, levam a vítima a ter contato com uma história, seus personagens e a identificar-se com estes, o que pode auxiliá-la a se tornar mais consciente da sua própria realidade e perceber que está inserida em um contexto de violência. Igualmente, a apresentação de recursos audiovisuais e virtuais sobre a problemática, como animações e sites voltados para o público infanto-juvenil também podem contribuir nesse processo. Uma dessas plataformas virtuais é da Campanha “Defenda-se”, que disponibiliza animações educativas para crianças e adolescentes, com linguagem acessível e apropriada sobre o ASI, visando desenvolver estratégias de autodefesa para estas.

Sendo assim, esses materiais configuram-se como algumas das “armas” para combate ao ASI, uma vez que empoderam as crianças sobre seus direitos sexuais e as munem de informações para que possam reconhecer comportamentos abusivos e saber como proteger-se mediante estes de forma adequada a sua capacidade de entendimento. À vista disso, é possível estabelecer a existência crescente de uma variedade de propostas psicopedagógicas, as quais estão sendo desenvolvidas com o propósito de prevenção e combate ao ASI. Entretanto, apesar da existência de recursos educacionais, muitas vezes o que falta é espaço para a implementação destes instrumentos em meio à rigidez de dogmas sociais, do silenciamento da temática e do tabu de trabalhar a sexualidade desde a infância.

5. CONCLUSÕES

A violência sexual infantil tem sido objeto de preocupação em âmbito mundial. O alarde sobre a temática se dá, pois o ASI caracteriza-se como um evento extremamente traumático, que acontece de forma recorrente na sociedade, vitimando crianças e adolescentes e afetando seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social e sexual, além de provocar intenso sofrimento psíquico. A compreensão desse fenômeno, suas repercussões e as intervenções possíveis urgem nas pesquisas científicas de diversos campos do conhecimento, especialmente da Psicologia. A partir dos estudos e considerando os aspectos que perpassam o ASI, como a maior incidência deste no meio intrafamiliar e o surgimento de comportamentos característicos nas vítimas, decorrentes do trauma, é indiscutível o reconhecimento da escola como um ambiente privilegiado para a detecção precoce do abuso

(SPAZIANI; MAIA, 2015). Sendo assim, um importante instrumento de enfrentamento do ASI, tanto de forma protetiva, como preventiva, com a identificação de possíveis casos e introdução da temática dos direitos sexuais da criança, respectivamente. Assim, a escola e a educação sexual são importantes estratégias de enfrentamento, sendo, portanto, necessária a capacitação de profissionais da educação para executar ações contra o ASI de forma eficiente.

Nos resultados obtidos, foi encontrada a predominância de falas contendo críticas ao currículo de formação em licenciatura. Segundo as participantes, este não capacita os futuros professores a lidar e a como proceder com alunos vítimas de violência sexual. Um reflexo dessa defasagem no ensino é o sentimento de falta de qualificação de sua categoria frente à temática, relatado pelas participantes. Estas afirmam não ter tido, durante todo o seu curso, nenhuma matéria que abordasse o ASI e, portanto, não sentem que obtiveram orientação profissional e preparo quanto ao tema. Ademais, relataram que o curso não apresentou nenhuma das cartilhas sobre a temática, disponibilizadas pelo MEC, mesmo fazendo parte do público para o qual a cartilha é destinada – profissionais da educação. As participantes também evidenciaram que assuntos da sexualidade, sobretudo o ASI, ainda recebem muitas resistências a serem tratados pela escola, pela família e pela sociedade em geral, por serem considerados tabus. De acordo com as entrevistadas, essa tendência obstaculiza o processo de inserção de educação sexual nas escolas e torna a abordagem de temas relacionados à sexualidade em assuntos a serem evitados ou tratados de forma velada.

As participantes salientaram que a educação sexual eficiente nas escolas com profissionais capacitados pode se configurar como estratégia de prevenção do ASI. Contudo, para elas, a educação que é comumente ofertada ainda não é a ideal, pois aborda as questões sexuais em um viés estritamente biológico, não atendendo a complexidade do assunto, que pode perpassar, inclusive, pela violência. No mais, na maioria das vezes, a educação sexual não se trata de um ensino continuado, resumindo-se a apenas palestras sobre sexo, não abarcando outros aspectos importantes da sexualidade- como relata P2. Segundo a experiência das participantes, a tendência de silenciamento da temática pode ser encontrada tanto no ensino superior - que não capacita os futuros profissionais para lidar com o ASI -, quanto no ensino fundamental e médio, não promovendo uma educação sexual efetiva para os alunos. Portanto, conclui-se pelos resultados, a percepção das alunas de licenciatura entrevistadas de despreparo de sua categoria para lidar com possíveis casos ASI, advindo de uma formação acadêmica que não aborda a temática.

O presente estudo vem no sentido de contribuir para a produção de conhecimento acerca do ASI e problematizar a defasagem encontrada na formação dos professores. Embora o objetivo da pesquisa seja alcançar um aprofundamento completo no assunto estudado, os resultados não puderam ser completamente representativos por conta das limitações da pesquisa. Devido ao escopo deste projeto de pesquisa inicial, os resultados explicitados são limitados de acordo com o número reduzido de participantes. Estudos adicionais devem ser feitos para examinar mais detalhadamente a variação da experiência. Finalmente, os resultados podem não ser generalizados necessariamente para outras instituições de ensino, pois os participantes são todos membros da mesma universidade. Dessa forma, esses aspectos devem ser considerados em futuras investigações, abordando uma diversidade maior de licenciaturas e um maior número de participantes, para assim, contribuir de forma mais ampla para a temática.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1996.

BAÍÁ, P.A.D. et al. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 193-202, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X201300010001 Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Terceiros e quartos ciclos**: Orientação sexual. Brasília, DF, 1998

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia escolar**: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>. Acesso em: 04 fev 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico**. v. 49. Brasília, DF, 2018.

BRINO, R.; WILLIAMS, L. Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 2. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227052014.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

COGO, K.S. et al. Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. **Unoesc & Ciência-ACHS**, v. 2, n. 2, p. 130-139, 2011. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/achs/article/download/667/pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

COHEN, C. ; GOBBETTI, G. J. O incesto: Abuso sexual intrafamiliar. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 6, n. 24, p. 235-243, 1998. Disponível em: <http://www.usp.br/cearas/ARTIGOS/oIncestoOabusoSexualIntrafamiliar.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

HABIGZANG, L F. et al . Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 341-348, Dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2018.

HABIGZANG, L.F.; DA SILVA RAMOS; M.; KOLLER, S.H. A Revelação de Abuso

Sexual: Medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R.M. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2004.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria** - v. 81, N. 5(supl), 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.

PRADO, S. F. **Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero**: um estudo exploratório (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2302/1/Sonia%20Fortes%20do%20Prado.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ROMARO, R. A.; CAPITAO, C. G. As faces da violência: aproximações, pesquisas e reflexões. **Vetor Editora**, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262594818_As_faces_da_violencia_aproximacoes_pesquisas_e_reflexoes. Acesso em: 8 jan. 2019.

SILVA, J. A. B. et al. Violência sexual infantil e o papel da educação de forma mediadora e preventiva. In: III CONEDU, 2016. **Anais...** Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA11_ID4160_14082016221118.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

SOMA, S. M.P.; WILLIAMS, L.C.A. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: Uma revisão de estudos. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 353-361, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200008. Acesso em: 30 ago. 2019.

SPAZIANI, R.B.; MAIA, A.C.B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862015000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 dez. 2018.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva et al. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia & Sociedade**, p. 90-102, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100011. Acesso em: 25 jan. 2019.

XAVIER FILHA, C. et al. A escola como espaço de identificação e prevenção de violências contra crianças e adolescentes—ações do projeto Escola que Protege. **Extensão em Foco**, v. 1, n. 1, p. 67-77, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/11764>. Acesso em: 16 dez. 2018.